



Quinta-feira, 21 de Agosto de 2025

I Série – N.º 158

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 680,00

S U M Á R I O

Ministério do Interior

Decreto Executivo n.º 681/25 19148

Aprova o Regulamento Orgânico do Departamento de Assistência Social do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

Decreto Executivo n.º 682/25 19155

Aprova o Regulamento dos Conselhos Sectoriais do Sistema Nacional de Qualificações. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Decreto Executivo n.º 681/25 de 21 de Agosto

Atendendo à necessidade de se conformar a actividade das Direcções e Departamentos Centrais às normas jurídicas constantes do Regulamento Orgânico do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 185/17, de 11 de Agosto;

Convindo dotar as Direcções e Departamentos Centrais de um diploma legal ajustado ao seu estágio de desenvolvimento até aqui alcançado pela corporação, tendo em conta a actual situação política, económica e social do País;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, aprovado por Decreto Presidencial n.º 32/18, de 7 de Fevereiro, o Ministro do Interior decreta o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico do Departamento de Assistência Social do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 3.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Julho de 2025.

O Ministro, *Manuel Gomes da Conceição Homem*.

REGULAMENTO ORGÂNICO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Objecto)

O presente Regulamento estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento do Departamento de Assistência Social do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

ARTIGO 2.º

(Natureza)

O Departamento de Assistência Social, abreviadamente designado por «DAS», é o órgão de apoio técnico ao qual compete atender às necessidades psicossociais e materiais básicas do efectivo e seus dependentes, em situações de doença, velhice ou morte.

ARTIGO 3.º

(Atribuições)

O DAS tem as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio psicossocial e material aos doentes;
- b) Controlar o pessoal inscrito na Caixa de Protecção Social;
- c) Identificar e indicar o pessoal em idade de aposentação e propor a sua reforma;
- d) Identificar e apoiar as viúvas e órfãos dos funcionários falecidos;
- e) Criar as condições necessárias para que os doentes sejam tratados no exterior, em caso de necessidade;
- f) Conceder urnas e outros apoios em caso de morte;
- g) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II

Organização em Geral

ARTIGO 4.º

(Estrutura orgânica)

O DAS tem a seguinte estrutura orgânica:

- 1. Órgão de Chefia:
 - Chefe de Departamento.
- 2. Órgão de Apoio Técnico:
 - Secção Administrativa.
- 3. Órgãos Executivos:
 - a) Secção de Protecção Social;
 - b) Secção de Assistência Social;
 - c) Secção de Cadastramento.

4. Órgãos Locais:

Departamentos Provinciais de Assistência Social.

CAPÍTULO III

Organização em Especial

SECÇÃO I

Órgão de Chefia

ARTIGO 5.º

(Chefe de Departamento)

1. O DAS é chefiado por um Chefe de Departamento Nacional, a quem compete:
 - a) Orientar, coordenar e fiscalizar a actividade dos Órgãos a seu cargo;
 - b) Propor medidas que visam otimizar a execução das atribuições do Departamento;
 - c) Propor a criação de normas relativas às actividades de protecção social;
 - d) Propor a mobilidade, promoção, nomeação e a exoneração do pessoal a seu cargo;
 - e) Exercer o poder disciplinar sob o pessoal colocado a seu cargo;
 - f) Exercer as demais competências estabelecidas por leis ou determinadas superiormente.
2. O Chefe de Departamento é substituído por um dos Chefes de Secção nas suas ausências ou impedimentos.

SECÇÃO II

Órgão de Apoio Técnico

ARTIGO 6.º

(Secção Administrativa)

1. A Secção Administrativa tem as seguintes atribuições:
 - a) Proceder à recepção, expedição e ao arquivamento dos documentos;
 - b) Garantir o controlo dos materiais de consumo corrente;
 - c) Assegurar a manutenção, conservação e controlo do património;
 - d) Proceder à fiscalização do cumprimento das normas referentes à gestão de matérias classificadas;
 - e) Elaborar os planos e relatórios mensais, trimestrais, anuais a serem remetidos à Direcção de Estudos, Informação e Análise;
 - f) Proceder à manutenção periódica dos arquivos, contendo documentos classificados e avaliação da conveniência ou necessidade de os reclassificar ou desclassificar, tendo em conta os procedimentos normativos estabelecidos para o efeito;
 - g) Assegurar a inventariação periódica de todos os documentos classificados;
 - h) Proceder à gestão dos recursos humanos;
 - i) Organizar o processo individual do pessoal do Departamento;
 - j) Proceder ao controlo da efectividade e actualizar os dados estatísticos do pessoal;

- k) Organizar os processos de propostas de promoção, nomeação e exoneração dos efectivos, bem como a atribuição de louvores e medalhas de mérito por actos reconhecida bravura em prol das missões de Bombeiros e de Protecção Civil;
- l) Organizar os processos de formação e superação técnico-profissional;
- m) Garantir a fluidez no tratamento das reclamações e processamentos de salários do efectivo do Departamento, bem como os direitos e benefícios sociais;
- n) Exercer as demais atribuições estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção Administrativa é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

SECÇÃO III Órgãos Executivos

ARTIGO 7.º (Secção de Protecção Social)

1. A Secção de Protecção Social tem as seguintes atribuições:

- a) Organizar e acompanhar os Processos de Reforma e Pensão de Sobrevivência junto da Caixa de Protecção Social do MININT;
- b) Sensibilizar e prestar apoio psicossocial ao efectivo com requisitos para transitar à reforma;
- c) Dirimir conflitos resultantes da partilha de Pensão de Sobrevivência entre os familiares do segurado que deu origem à respectiva pensão;
- d) Criar condições de inscrição do efectivo na Caixa de Protecção Social do MININT;
- e) Controlar o pessoal inscrito na Caixa de Protecção Social;
- f) Exercer as demais tarefas superiormente determinadas.

2. A Secção de Protecção Social é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

ARTIGO 8.º (Secção de Assistência Social)

1. A Secção de Assistência Social tem as seguintes atribuições:

- a) Apoiar as famílias em casos de Pensão de Sobrevivência e subsídios de morte;
- b) Em coordenação com o Departamento de Saúde, controlar e apoiar os doentes;
- c) Prestar apoio a casamentos e viagens para o exterior do País;
- d) Promover o fomento habitacional;
- e) Participar em actividades de carácter solidário;
- f) Prestar apoio aos óbitos de efectivos e seus dependentes;
- g) Exercer as demais tarefas superiormente determinadas.

2. A Secção de Assistência Social é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

ARTIGO 9.º
(Secção de Cadastramento)

1. A Secção de Cadastramento tem as seguintes atribuições:
 - a) Manter actualizada a Base de Dados dos Efectivos com requisitos para transitarem para a reforma;
 - b) Cuidar do arquivo do Departamento;
 - c) Manter actualizada a Base de Dados dos Efectivos doentes;
 - d) Cadastrar o efectivo reformado, bem como aqueles possuem requisitos para transitarem para a reforma;
 - e) Recepcionar, classificar e expedir documentos;
 - f) Exercer as demais tarefas superiormente determinadas.
2. A Secção de Cadastramento é chefiada por um responsável com a categoria de Chefe de Secção.

SECÇÃO IV
Órgãos Locais

ARTIGO 10.º
(Departamentos Provinciais de Assistência Social)

1. Nos Comandos Provinciais do SPCB funcionam Departamentos Provinciais de Assistência Social, cuja organização e funcionamento é a que consta do Regulamento dos Comandos Provinciais.
2. Os Departamentos Provinciais de Assistência Social têm, a nível de cada província, as atribuições que, genericamente, são acometidas ao DAS.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 11.º
(Quadro de pessoal e organograma)

O quadro de pessoal e o organograma do Departamento de Assistência Social são os constantes dos Quadros I e II, anexos ao presente Regulamento do qual são parte integrante.

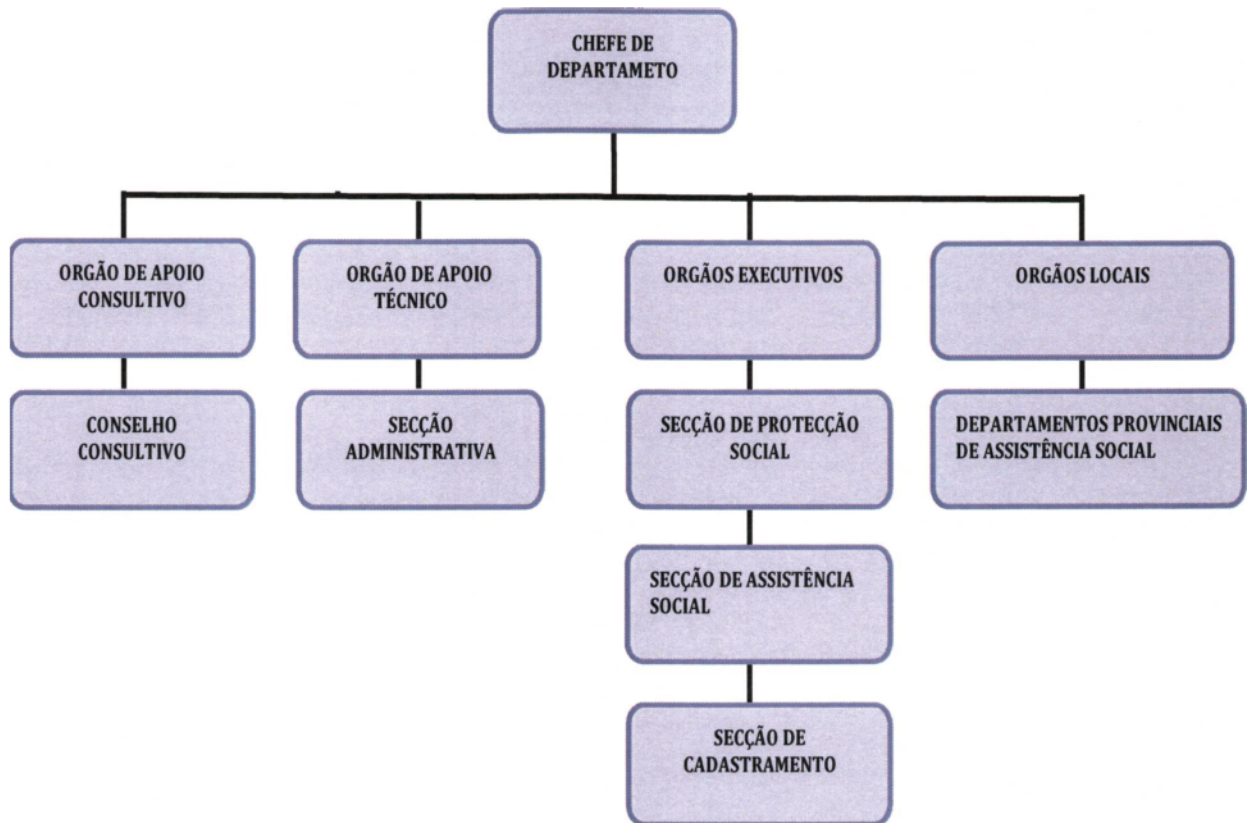
ANEXO I

A que se refere o artigo 11.º do presente Diploma e que dele é parte integrante

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria / Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade de Profissão a Admitir	Nº de Lugares
		Chefe de Departamento		1
		Chefe de Secção		4
Oficial Superior	Superior	Superintendente Bombeiro Chefe		1
		Superintendente Bombeiro		0
		Intendente Bombeiro		3
Oficial Subalterno	Superior	Inspector Bombeiro Chefe		3
		Inspector Bombeiro		3
		Subinspector Bombeiro		3
SuB-Chefe	Média	1º Subchefe Bombeiro		4
		2º Subchefe Bombeiro		4
		3º Subchefe Bombeiro		4
Agente	Média	Agente Bombeiro de 1º Classe		5
		Agente Bombeiro de 2º Classe		5
		Agente Bombeiro de 3º Classe		6
Técnicos Superiores, Médios e Básicos	Técnica	Técnicos Superiores		2
		Técnicos Médios		2
		Auxiliares Administrativos		2
TOTALGERAL				46

ANEXO II

A que se refere o artigo 11.º do presente Diploma e que dele é parte integrante

ORGANIGRAMA

O Ministro, *Manuel Gomes da Conceição Homem*.

(25-0283-X-MIA)

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Decreto Executivo n.º 682/25 de 21 de Agosto

Havendo a necessidade de se regulamentar a organização e o funcionamento dos Conselhos Sectoriais do Sistema Nacional de Qualificações, conforme estabelece a alínea c) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Qualificações, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 208/22, de 23 de Julho, de modo a permitir e garantir a materialização dos objectivos definidos pelo Sistema Nacional de Qualificações;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 66/23, de 6 de Março, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento dos Conselhos Sectoriais do Sistema Nacional de Qualificações, anexo ao presente Diploma, de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Departamento Ministerial responsável pelo Sector do Trabalho.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Agosto de 2025.

A Ministra, *Teresa Rodrigues Dias*.